

## 4.

**O Pensamento Internacional de Joaquim Nabuco****O americanismo enquanto antídoto aos males antiliberais**

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, doravante Nabuco, foi escritor, parlamentar, historiador político, diplomata e, acima de tudo, pensador da condição do Brasil enquanto nação, entre os lustros derradeiros do Império e a alvorada da Primeira República. A importância e a vivacidade do conjunto de sua obra permanecem, ainda hoje, atuais para a compreensão da nacionalidade e da formação do Estado brasileiro, assim como para o pensamento internacional do Brasil.

Didaticamente, o pensamento de Nabuco poderia ser dividido em três momentos: o abolicionista (década de 1880), o monarquista (década de 1890) e o pan-americanista (década de 1900).<sup>165</sup> A primeira fase corresponderia “(à) década de ouro”<sup>166</sup> da sua produção intelectual, período que nos trará obras como *O Abolicionismo* (1883), *A Campanha Abolicionista do Recife* (1885) e *O Erro do Imperador* (1886). Nela, Nabuco é tradicionalmente retratado pela academia como “herói republicano”<sup>167</sup>, “social democrata *avant la lettre*”<sup>168</sup> e precursor do pensamento social brasileiro<sup>169</sup>. Seria ainda o momento em que o jovem Nabuco se lançaria à vida parlamentar como deputado por Pernambuco.

No entanto, sua vida parlamentar seria prematuramente interrompida em razão do golpe de 1889. Nem mesmo o apoio popular recebido com o lançamento de seu nome à Constituinte de 1890 - à sua revelia, a propósito - o impediu de incorrer em um autoexílio que o afastará por quase uma década do serviço público. Nessa nova fase, teríamos um Nabuco nostálgico dos anos de estabilidade e de civismo experimentados durante o reinado de Pedro II. A nostalgia do Império se traduzirá no clássico da historiografia política brasileira, *Um Estadista do Império* (1893), biografia do seu pai, o senador e ministro da Justiça Nabuco de Araújo. Caracterizado por um momento de grande produção

---

<sup>165</sup> LYNCH, op. cit.

<sup>166</sup> NOGUEIRA, op. cit..

<sup>167</sup> BONAFE, op. cit.

<sup>168</sup> LYNCH, op. cit.

<sup>169</sup> FREYRE, GILBERTO. *In* Prefácio de *O Abolicionismo*, 1977.

enquanto escritor, o período ainda nos traria *Resposta às Mensagens de Recife e de Nazaré* (1890), *Por Que Continuo a Ser Monarquista* (1890), *Balmaceda* (1895), *A Intervenção Estrangeira na Revolta de 1893* (1895) e *O Dever dos Monarquistas* (1895).

A terceira fase marcaria o reencontro de Nabuco com a política. A reaproximação se daria após a aceite do convite de Campos Sales para defender os interesses brasileiros na Questão do Pirara, em 1898. Três anos após, se tornaria ministro em Londres e em 1905 assumiria a primeira embaixada brasileira, em Washington. Encontraria na diplomacia a condição de coexistência entre seus valores monárquicos e patrióticos com o desejo do retorno à política e à vida europeia. Veríamos Nabuco em um novo momento de sua produção intelectual, aquela da defesa intransigente do pan-americanismo monroísta, do reencontro com a fé católica e o da autorreflexão sobre o conjunto de sua obra. Escreveria sua biografia, *Minha Formação*, em 1901 e *Pensées detachées et souvenirs*, em 1906.

Acrescentaríamos ainda um quarto momento ao pensamento de Nabuco, tradicionalmente negligenciado pelo baixo teor político e historiográfico, aquela década de formação que antecederia ao período abolicionista. Nesse período, que coincide com o seu aparecimento na vida pública, flertava com a literatura e a diplomacia. Envolver-se-ia em polêmicas discussões nas páginas d'O Globo com José de Alencar<sup>170</sup>, e dialogaria ao longo da década com nomes como os de Machado de Assis, Rui Barbosa e Oliveira Lima. Ademais, o primeiro contato com o exterior se daria entre 1873 e 1874, um *grand tour* pela Itália, França, Suíça e Inglaterra.

Na diplomacia, seria nomeado *attaché*, primeiro em Washington e depois em Londres, respectivamente em 1876 e 1877. Além de uma série de contribuições à imprensa nacional, escreveria *Camões e os Lusíadas* (1872); *Le droit du meurtre* (1872), *L'Amour est Dieu - poesias líricas* (1874) e *L'Option* (1875) – romance de sabor cornelianiano sobre a disputa entre França e Alemanha pela Alsácia. As memórias desta década de formação o acompanhariam por toda a vida. Não à toa, a ela é conferida o maior número de páginas em seus diários pessoais: aproximadamente metade das 3600.<sup>171</sup>

<sup>170</sup> MARTINS, Eduardo Vieira. Nabuco e Alencar. O eixo e a roda: v. 19, n. 2, 2010.

<sup>171</sup> Idem.

Interessa-nos, nesta dissertação, particularmente a análise do pensamento internacional de Nabuco. Para executar tal tarefa, lançaremos mão da análise de três imagens a serem apreendidas de seu pensamento: a ontologia do sistema internacional, as vicissitudes da formação do Estado brasileiro e as concepções do papel e do pertencimento do Brasil no mundo.

#### 4.1

#### **A Primeira Imagem: A Ontologia do Sistema Internacional**

Como via Nabuco o sistema internacional<sup>172</sup>?

Em linhas gerais, poder-se-ia argumentar que entre os anos 1870 e 1880, as percepções de mundo de Nabuco apreenderiam da Inglaterra a excelência do modelo político; da França, o ideal estético artístico; dos Estados Unidos, a incógnita que poderia transformar-se no que haveria de mais avançado; e da América Espanhola, o exemplo a ser evitado.<sup>173</sup>

Progressivamente a partir da década de 1890, essas percepções se alterariam, frutos da emergência dos Estados Unidos no sistema internacional, da republicanização do Brasil e do crescente ímpeto imperialista europeu. A visão de mundo que detinha dos Estados Unidos passará por uma considerável reavaliação positiva. A França seguirá em seu imaginário como o ideal estético das artes. A Inglaterra, antes exemplo inquestionável de civilização e paixão da vida adulta de Nabuco perderá parte do espaço para os Estados Unidos, quer pela frustração pessoal em torno da questão do Pirara e do novo lugar social de onde falava, quer pela agressiva política externa inglesa e pelos contundentes progressos da sociedade norte-americana. A América Latina seguirá ocupando lugar

---

<sup>172</sup> Há de se mencionar que a ausência de grandes menções a importantes países do sistema internacional, tais como Japão ou Rússia, e a relativa recorrência em torno de outros, como Estados Unidos e Inglaterra, são ilustrativos do que Nabuco considerava relevante aos interesses do Brasil, assim como reflexo direto da proximidade ou distância cultural desses países.

<sup>173</sup> Diria dos Estados Unidos em *Minha Formação*: “A sua missão na história é ainda a mais absoluta incógnita. Se ele desaparecesse de repente, não se pode dizer o que é que a humanidade perderia de essencial, que raio se apagaria do espírito humano; não é ainda como se tivesse desaparecido a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a Espanha.” *In* NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 2010, p. 41.

subordinado no pensamento internacional do autor, a despeito de reconhecer que “As revoluções vêm-se tornando mais raras na América Latina.”<sup>174</sup>

A primeira viagem internacional de Nabuco seria realizada entre agosto de 1873 e setembro de 1874. Foram “cinco meses em Paris, três na Itália, um mês no lago de Genebra, um mês em Londres, um mês em Fontainebleau.”<sup>175</sup> O período coincidiria com a retirada dos últimos soldados das tropas alemãs de território francês e da instalação da Terceira República, fatos acompanhados com entusiasmo por Nabuco. Sobre Paris, sentiu-a como “a paixão cosmopolita dominante em redor”.<sup>176</sup>

No entanto, seria Londres que amaria “acima de todas as outras coisas e lugares”. Ao conhecê-la, disse sentir um “desejo de sempre viver lá”. E de fato foi a cidade onde mais tempo viveu fora do Brasil: o equivalente a um terço da sua vida adulta. Apesar de certa aproximação com o republicanismo durante os anos universitários em São Paulo e Recife, as percepções apreendidas do cenário político inglês e francês o aproximariam do regime monárquico. Segundo Nabuco, “de diversos modos a minha primeira ida à Europa influiu para enfraquecer as tendências republicanas que eu porventura tivesse, e fortificar as monárquicas.”

O republicanismo francês seria do tipo “estreito”, “que confina nos dias de crise com a demagogia [...] e chega à epidemia sanguinária do Terror. [...] A intolerância é, ou era, o característico do republicanismo agressivo francês, e a intolerância é uma fobia da liberdade e do mundo; é um fenômeno de retração intelectual, produzindo a hipertrofia ingênua da personalidade.”<sup>177</sup>

Após essa primeira experiência internacional, Nabuco teria o seu segundo contato com o exterior entre 1876 e 1877. Será adido primeiro na legação em Washington e depois em Londres. Consta deste período a sua admiração pelo conservadorismo de Thiers, conhecido monarquista francês que, ao assumir a presidência francesa após a queda do Terceiro Império, instala um republicanismo conservador. Em Nabuco, o efeito sobre a atitude de Thiers foi “dar uma grande prova experimental de que a forma de governo não é uma questão teórica, porém

<sup>174</sup> NABUCO, Joaquim. Essencial. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010, página 555.

<sup>175</sup> NABUCO, Joaquim. Minha formação. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 2010, página 13.

<sup>176</sup> Idem, página 23.

<sup>177</sup> Idem, página 12.

prática, relativa, de tempo e de situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento para a minha predileção monárquica.”<sup>178</sup>

Igualmente deste período é a admiração de Nabuco pelo primeiro-ministro liberal inglês, William Gladstone, a quem se reportaria como “a mais nobre figura deste século.”<sup>179</sup> Será justamente deste lado do Canal da Mancha que encontrará inspiração para a defesa do monarquismo parlamentar no Brasil de anos mais tarde. Será ainda graças à influência inglesa que ele se tornaria monárquico “de razão e de sentimento” e veria na monarquia parlamentar “a mais elevada das formas de governo”.<sup>180</sup>

Os exemplos de moderação de Thiers e Gladstone seriam acompanhados por Nabuco ao longo das próximas décadas. Jamais se deixaria seduzir pelo discurso revolucionário de José do Patrocínio ou Luiz Gama. A despeito de sua conhecida luta pelo abolicionismo, via na moderação e na conciliação entre monarquia e reformas sociais o caminho a ser seguido.

Ao seu ver, as reformas que defendia internamente deveriam ser o produto da conscientização das elites, ancorada por modificações legislativas impostas pelo Parlamento. Para ele, “a escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais”, mas deverá vir acompanhada de “uma lei que tenha os requisitos, externos e internos de todas as outras”.<sup>181</sup>

Durante as décadas de 1870 e 1880, se dedicaria ainda à vida literária. Enquanto escritor e jornalista, as imagens apreendidas das relações internacionais influenciariam no seu ideal estético e no conteúdo de suas obras. Exemplo disto, é a produção de três livros escritos em francês, segundo idioma de Nabuco: uma de versos líricos, um romance sobre a disputa entre França e Alemanha pela Alsácia e uma resposta em prosa romântica à obra de Alexandre Dumas filho, *L’Homme Femme*. A escrita de Nabuco, sobretudo aquela de seu diário pessoal, “empregaria com desusada frequência [...] vocábulos e expressões francesas”.<sup>182</sup>

Não faltariam, no entanto, críticas a Nabuco pela preferência conferida ao idioma francês em sua década de formação. Para ele “*notre langue est un cercle*

<sup>178</sup> NABUCO, op. cit., página 16.

<sup>179</sup> O Paiz, 11 de agosto de 1887.

<sup>180</sup> NABUCO, op. cit., página 29.

<sup>181</sup> NABUCO, op. cit., página 12

<sup>182</sup> MELLO, Evaldo Cabral de *In* NABUCO, Joaquim. Diários. Vol. Único. 2ª ed., página 23.

*encore trop étroit*”<sup>183</sup> e “o meu drama com ser francês, de procedência, de motivo sentimental, elevava-se, como composição literária, acima do espírito de nacionalidade, visava à unidade da justiça, do direito, do ideal entre as nações”<sup>184</sup> Por outro lado, seria justamente ao final da década de 1870 que ele iniciaria a sua preparação política com vistas às eleições parlamentares, o que de certa forma, fez com que se utilizasse do universalismo da língua francesa para a propagação de seus ideais abolicionistas no mundo ocidental.

De Portugal, o jovem Nabuco nutriria uma profunda admiração pela obra de Camões, paixão que será carregada por toda vida. Enquanto diplomata, na última fase de sua vida, seria comum a menção em discursos a trechos de obras do escritor português, assim como a realização de conferências sobre sua obra em universidades americanas. Diz-se ainda que Nabuco foi o introdutor dos estudos camonianos no país, o que lhe valeu o título de “fundador da Camonologia no Brasil”.<sup>185</sup>

Já enquanto parlamentar, a percepção do modelo civilizacional inglês como o moralmente mais elevado e o da monarquia parlamentar como forma mais alta de governo o acompanharia por muitos anos. Em verdade, sentia-se como herdeiro da tradição liberal inglesa. Em suas próprias palavras:

Com efeito, quando entro para a Câmara, estou tão inteiramente sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse às ordens de Gladstone; esse é em substância o resultado de minha educação política: sou um liberal inglês – com afinidades radicais, mas com aderências whigs – no Parlamento brasileiro; esse modo de definir-me será exato até o fim, porque o liberalismo inglês, gladstoniano, macaulayano, perdurará sempre, será a vassalagem irresgatável do meu temperamento ou sensibilidade política,<sup>186</sup>

A visão de mundo de Nabuco dava conta para a existência de duas grandes nações no continente americano. Ao sul, fruto da herança monárquica portuguesa, o Estado brasileiro obtivera êxito na consecução da ordem e da estabilidade institucional. A liberdade tampouco havia sido sacrificada. Ao norte, descendente

<sup>183</sup> NABUCO, 1886, página 63, *apud* DRUMOND, Adriano Lima. O Cosmopolitismo Literário de Joaquim Nabuco. Desenredos, ano I, número 03, 2009.

<sup>184</sup> NABUCO, *op. cit.*, página 21.

<sup>185</sup> SALLES, 2002, página 52, *apud* DRUMOND, *op. cit.*, página 3.

<sup>186</sup> *Idem*, página 47.

direto da tradição anglo-saxã europeia, “um país que caminha para ser, se já não é, o mais rico, o mais forte, o mais bem aparelhado do mundo”.<sup>187</sup>

Embora reconhecesse a emergência internacional do gigante do norte, a missão dos Estados Unidos na história lhe parecia ainda “a mais absoluta incógnita”.<sup>188</sup> Para ele, seria “possível que a civilização americana viesse um dia a ser mais grandiosa do que qualquer uma que o mundo conheceu, mas eu consideraria perigoso, por enquanto, renunciar a Europa nos Estados Unidos a tarefa de levar a cabo a obra da humanidade.”<sup>189</sup> Enquanto a primeira já havia passado por sucessivos testes de resistência e superação ao longo da história, o segundo “não foi experimentado nas mesmas condições que os outros, que são governos armados e em constante vigia pelo risco de coalizões estrangeiras”.<sup>190</sup>

Não descartava, ademais, a manutenção do isolacionismo na política exterior americana levado a cabo desde o fim da Guerra de Secessão, tampouco um eventual conflito bélico com o militarismo europeu. Como que antevendo os acontecimentos de 1914-1918, supôs que “entre o militarismo europeu e a democracia desarmada dos Estados Unidos pode um dia rebentar um conflito que hoje parece quase um paradoxo figurar.”<sup>191</sup>

A conhecida posição pan-americanista do autor só começaria a aflorar ao final de sua década monarquista, após o recrudescimento do imperialismo europeu verificado posteriormente ao Congresso de Berlim, em 1885. A este propósito, já em *Balmaceda* manifestaria preocupação com a soberania brasileira, mormente nos territórios amazônicos. Ademais, com a derrota na Questão do Pirara, sofrida em disputa com a Inglaterra, passaria a criticar os imperialismos inglês e alemão e a olhar para os Estados Unidos como a garantia de proteção frente aos ímpetus imperialistas do Velho Mundo. Se esteticamente a Europa seguiria na vanguarda mundial, em termos diplomáticos o Brasil deveria aprofundar cada vez mais o relacionamento com o gigante do norte.

Nabuco progressivamente passaria a admirar os valores e a constituição da nação norte-americana. A apreensão da realidade já não mais seria condizente com aquela dos anos de *attaché* em Washington. O mundo havia mudado e aquela

---

<sup>187</sup> NABUCO, op. cit., página 35.

<sup>188</sup> Idem, página 41.

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Idem, página 40.

<sup>191</sup> Idem.

nação emergido como um dos novos polos de poder mundial. Em palestras proferidas em universidades americanas na década de 1900, reconheceria o valor das cinco maiores contribuições norte-americanas ao mundo.

Destacaria, em primeiro lugar, a imigração, “a maior força na civilização atual e é, sem dúvida, força americana”; Em seguida, a democracia americana, “novidade genuína”. Nabuco identificaria nos Estados Unidos a origem da verdadeira democracia, “esta [...] distintamente americana”.<sup>192</sup>

Nascida de semente inglesa, resultou no entanto, bem distinta da espécie europeia. [...] Quando o espírito de liberdade, que fora caracteristicamente anglo-saxônico, se enraizou num país sem tradição monárquica, tomou a forma de democracia, ou de república [...].<sup>193</sup>

Ressaltaria ainda a “igualdade de condições sociais entre todas as classes da nação”, um sistema de educação livre de todo o convencionalismo e a prevalência “do respeito a mulher [...] em oposição a tendência geral”. Os Estados Unidos dos anos 1900 eram, pois, a personificação dos ideais liberais anseados por Nabuco a toda a civilização humana.<sup>194</sup>

Mas a igualdade não causou o êxito apenas desta nação; fixou o tipo da sociedade humana em parte. A igualdade, como a imigração, como a democracia, é final, e a finalidade, em qualquer coisa, é a maior de todas as contribuições para o progresso.<sup>195</sup>

No entanto, a despeito de reconhecer as virtudes cívicas desse país, assim como a sua impressionante emergência material, não veria a Europa como polo decadente. Antes, acreditava que “por muitos séculos a Europa e a América conduzirão o mundo, unidas.” Por um lado, a liderança intelectual ainda repousava no Velho Mundo, enquanto as melhorias da condição humana, por outro, encontravam nos Estados Unidos a vanguarda mundial.<sup>196</sup>

Não creio que a chefia do poder intelectual do homem, ou da ciência, esteja ainda em mãos da América. Creio, porém, que a América está na vanguarda de uma

<sup>192</sup> NABUCO, Joaquim. Essencial. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010, p. 539-540.

<sup>193</sup> Idem, p. 539

<sup>194</sup> Idem, p. 540

<sup>195</sup> Idem, p. 541.

<sup>196</sup> Idem, p. 546.

melhoria da condição social humana, ao lado de algumas outras nações, que se guiam principalmente por ela.<sup>197</sup>

Se o ideal cívico norte-americano era o exemplo a ser seguido, o exemplo do caos, da instabilidade e do caudilhismo das repúblicas espanholas era aquele para ser evitado. Assim como a maior parte dos escritores e intelectuais brasileiros de seu tempo, Nabuco não se identificava com a América Espanhola. Raros são os relatos em seus diários e até mesmo em sua autobiografia que façam menção a esses países.

Para se ter ideia, em *Minha Formação*, simplesmente não existem relatos de caráter político que façam menção a qualquer um dos países latino-americanos. A distância mantida dos assuntos inerentes à América Espanhola foi fenômeno compartilhado entre as elites do Império e mesmo da República Velha, exceção feita às negociações de fronteiras ou na ocorrência de conflitos com o Brasil.

Ilustrativo nesta direção são as palavras de Leslie Bethell:

Como a maioria dos escritores e intelectuais brasileiros, Nabuco não se identificava com a outra América, a América Espanhola ou América Latina, como era chamada cada vez com maior frequência. O Brasil e a América Espanhola/América Latina têm em comum a herança ibérica e católica, mas diferenças importantes os separam: a geografia, a história, a cultura, acima de tudo a língua — e, no século XIX, as instituições políticas. Após a instabilidade dos anos de 1830, o Brasil monárquico encontrava-se politicamente estável e “civilizado”, ao contrário das repúblicas hispano-americanas, que os brasileiros consideravam extremamente instáveis, violentas e “bárbaras”. As relações entre o Império brasileiro e as repúblicas hispano-americanas eram muito limitadas — com, evidentemente, uma exceção: o Rio da Prata, onde o Brasil travou três guerras.<sup>198</sup>

Lynch sugere a compreensão do pensamento de Nabuco “a partir de padrões ideais marcados por forte apelo estético e moral, mas também pelo imperativo de compreender a realidade por intermédio de um faro sociológico”. Decorrente do idealismo político de Nabuco, “civilização e barbárie, liberalismo e tirania, monarquia e república, parlamentarismo e presidencialismo, Europa e América [...]” seriam binômios que refletiriam a visão de mundo do autor.<sup>199</sup>

Será na década monarquista que Nabuco dedicará maior espaço em sua produção às percepções oriundas das repúblicas vizinhas. No entanto, a visão

<sup>197</sup> Idem, p. 542

<sup>198</sup> BETHELL, op. cit., página 75.

<sup>199</sup> LYNCH, op. cit., páginas 5 e 6.

negativa dessas repúblicas se manteria intocada. Descreveria aqueles países como “um mosaico de fraude, de anarquia, de militarismo e de revolução”<sup>200</sup>, percepção que luzias e saquaremas compartilhariam ao longo do século XIX.

Meses após o golpe de 1889, criticaria, entre outros motivos, o novo regime “por proceder ao transplante de uma instituição exótica, a República, que, na América Latina, fatalmente desandaria em caudilhismo, separatismo, guerra civil.”<sup>201</sup> No Brasil recém republicano, temeu que o país desandasse para a desordem, a guerra civil e tirania. Por anos, viu o seu temor se materializar. Afastou-se da política voluntariamente. Com a progressiva consolidação da República e a melhora no ambiente político, no entanto, aderiria ao novo regime. Reconheceria que com o golpe de 1889, o Brasil adentrara ao que ele primeiro denominou, no país, de América Latina.

Entretanto, seria ao norte do continente que o ideal prático deveria ser buscado. A despeito de sugerir uma maior aproximação entre o continente e de incentivar a realização de estudos históricos comparados entre essas nações, a América Latina seguiria sem um lugar especial no pensamento internacional de Nabuco.<sup>202</sup>

## 4.2

### Segunda Imagem: A Formação do Estado Brasileiro

Como via Nabuco a formação do Estado e da nacionalidade brasileira? Haveria sido o seu pensamento dotado de um saudosismo aristocrático ou de uma ingenuidade idealista?

Nabuco não vivia em uma torre de marfim. O seu pensamento político não foi idealista enquanto ingênuo. Tampouco teve o pragmatismo destilado de Rio Branco. Criado dentro da tradição luzia do Império, era uma idealista prático, distante daquele tipo de utopismo idealista irrealizável.<sup>203</sup> Os ideias liberais

<sup>200</sup> Diários. Vol. Único. 2ª ed. Notas de Evaldo Cabral de Mello, 2006.

<sup>201</sup> NABUCO, 1891, *apud* ALONSO, 2011, *op. cit.*

<sup>202</sup> NABUCO, Joaquim. Balmaceda. Edições do Senado Federal – Vol. 14. Brasília, 2003, p. 20-21.

<sup>203</sup> Tomamos o termo “idealismo prático” emprestado da obra de Lynch. Ver LYNCH, Christian. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova (Impresso), v. 85, 2012.

deveriam ser a meta a ser alcançada olhando-se sempre para a realidade da sociedade. Os meios variariam de acordo com as condições sociológicas de cada nação.

Em solos brasileiros, na ausência de nação, caberia a uma monarquia federalista e amparada pelo Poder Moderador a tarefa de propiciar a aclimação de um liberalismo imposto do alto. As elites, pela maior proximidade com a cultura do civismo, atuariam como catalisadores na direção da ampliação da sociedade. Na Inglaterra, o progresso e as liberdades individuais seriam alcançados mediante a monarquia parlamentar; nos Estados Unidos, de um republicanismo presidencialista federalista.

O fim essencial da civilização deveria ser o melhoramento das condições sociais da humanidade, mas melhor será considerá-lo como um aumento do poder intelectual do homem, pois só isso pode conduzir a uma condição social permanentemente satisfatória, isto é, edificada sobre a verdade confiada à liberdade.<sup>204</sup>

A herança luzia de Nabuco pressupunha ser a evolução da sociedade a responsável pela formação do arcabouço institucional estatal. O Estado deveria ser entendido como um conjunto de instituições variáveis ao longo do tempo. Sociedades liberais, onde o espírito cívico estivesse disseminado, gerariam Estados liberais. A sociedade deveria ser entendida não como a soma da massa populacional em determinado território, mas como aqueles indivíduos que, enquanto detentores de direitos cívicos, se viam na possibilidade de exercê-los e influir na vida política. Era, pois, a sociedade que compunha a nação. E a nação daria forma ao Estado.

Este raciocínio, típico do liberalismo do século XIX, em nada pressupunha uma forma de preconceito aos descamisados ou de um aristocratismo saudosista. A propósito, seriam os mesmos liberais que pregariam abertamente a inclusão daquelas parcelas de excluídos à sociedade, mediante à promoção de políticas públicas. Nabuco defenderia, ainda durante a década parlamentar, a abolição seguida do acesso à terra e à educação por parte dos ex-escravos.

Em *Balmaceda*, primeira obra de estudo político comparado do país, o autor busca entendimento para dois episódios que marcariam a história do

---

<sup>204</sup> NABUCO, Essencial. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010, p. 542.

continente sul-americano. No Chile, raro exemplo de república virtuosa no continente, o presidente eleito Balmaceda resistiria ao processo de parlamentarização do país, aumentaria as suas atribuições de forma inconstitucional e se tornaria um ditador. No Brasil, a Monarquia – principal responsável pela manutenção das liberdades individuais - seria deposta mediante um golpe de Estado e o país mergulharia em uma república militarista.

No trato do problema de Balmaceda, está nítida a preocupação de Nabuco com os rumos da nova República brasileira. Se o Chile, que era o exemplo de sucesso do regime republicano, pôde sofrer uma reversão autoritária de fundo militarista, no Brasil, a ocorrência da hipertrofia do poder, em seu entender comum às Repúblicas, teria conseqüências muito mais sérias e, mesmo, catastróficas.<sup>205</sup>

Ora, se Brasil e Chile seriam os únicos dois exemplos de ordem e estabilidade na América Latina ao longo do século XIX, por que o primeiro logrou resistir à tirania de um ditador e o segundo não? As respostas viriam do estudo sistemático e comparado da construção do Estado-nação nos dois países.

No Brasil, a construção do Estado estaria diretamente relacionada à presença dos Braganças em solos brasileiros. A Monarquia atuaria como um força centrípeta que impediria o desmembramento do país à semelhança dos vizinhos hispânicos. Ao desembarcar em 1808, Dom João VI encontraria um imenso território, irregularmente povoado e completamente ausente de uma sociedade minimamente organizada.

Na ausência de nação que moldasse o Estado, caberia à Coroa, em primeiro lugar, forjar a emergência de um Estado que impedisse o esfacelamento daquilo que se sonhava se tornar um Império nos trópicos. Em segundo lugar, construir-se-ia a própria nação. Era, pois, um Império que viria de cima. Seriam as suas elites as responsáveis pela criação da nação.

Durante o reinado de Pedro II, o Brasil experimentaria um dos momentos de maior estabilidade e liberdade políticas vistas na história do país. Nas palavras de Nabuco, o Brasil seria “exemplo solitário, na América Latina, de governo próprio guiado pelo liberalismo.”<sup>206</sup> Nas repúblicas vizinhas, na ausência de uma força centralizadora, de um aparato estatal consolidado e de uma nacionalidade

<sup>205</sup> CARDIM, Carlos Henrique. Nabuco, um Pioneiro da Ciência Política e das Relações Internacionais no Brasil. Introdução *in* Balmaceda, 2003, p. 11.

<sup>206</sup> NABUCO, op. cit., página 525.

forjada, aqueles países mais se pareceriam a “um mosaico de fraude, de anarquia, de militarismo e de revolução”<sup>207</sup>

Para Nabuco, a experiência liberal que o Brasil experimentara ao longo do Segundo Reinado não fora fruto de uma ampla sociedade civil articulada. A liberdade política tampouco viera da contenção por parte desta sociedade aos demais poderes constitutivos do Estado. Fora a Monarquia, consubstanciada no Poder Moderador, a garantidora das liberdades no Segundo Reinado.

Se tivemos a liberdade na Monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo. Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na Monarquia, que era o governo pela força moral somente; mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a força material.<sup>208</sup>

Nos demais países hispânicos, no entanto, na ausência de um poder constitutivo superior que tutelasse a construção do Estado-nação ou de uma sociedade civil que se contrapusesse aos excessos de poder do Executivo, cairiam estes países prostrados diante da guerra civil, da ditadura e da desordem. Exceção no continente feitas apenas a Estados Unidos e Chile – exemplos bem-sucedidos da construção de uma sociedade civil articulada, capaz de se contrapor aos excessos do Executivo; e do Império do Brasil, onde a sociedade sofria de hipertrofia, mas o Estado, mantido desde cima pelas mãos apartidárias de um Imperador ilustrado, garantiria as liberdades.

É natural a hipertrofia do poder nas sociedades onde ele não encontra nada que o possa limitar. O Brasil era e é uma destas; no Chile, pelo contrário, a sociedade pode conter o governo, dentro de certos limites extremos. Se tivemos a liberdade na monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo.<sup>209</sup>

No Chile, a sociedade imporia resistência aos ímpetos ditatoriais do presidente Balmaceda. No Brasil, uma vez extinta a Monarquia, a ausência de um poder a se contrapor aos excessos do executivo, nos levaria à ditadura militar de um lado e à inércia política da população do outro. Lá, a liberdade era garantida

---

<sup>207</sup> NABUCO, 1949, apud BETHELL, op. cit.

<sup>208</sup> NABUCO, Balmaceda. Edições do Senado Federal – Vol. 14. Brasília, 2003, p. 166.

<sup>209</sup> Idem.

por uma nação forte, verdadeiramente liberal. Aqui, por um governo bom que a garantira de forma artificial, uma vez que a sociedade ainda não havia se aclimatado ao liberalismo.

O Chile tinha um Governo forte como nós nunca tivemos. Durante cinquenta anos a liberdade brasileira é uma teia de uma tenuidade invisível, possuindo apenas a resistência e a elasticidade da seda, que a monarquia, como uma epeira doirada, tirou de si mesma e suspendeu entre a selva amazonense e os campos do Rio Grande. O Governo do Chile era obra mais sólida do que essa construção aérea delicada. A diferença das duas formas de governo é que uma, a república chilena, supõe o homem forte e justo, e a outra, a monarquia brasileira, fraco e bom.<sup>210</sup>

Para Nabuco, “O Brasil, [...], carecia dos pré-requisitos de cultura cívica e de instituições políticas para a instalação da República.” Previa ele: aqui, ela “será verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a Monarquia; se mal com ela, pior sem ela.” Jazia na Monarquia – mais precisamente no Poder Moderador - a garantia do ambiente liberal vivenciado no reinado de Pedro II.

“Os chilenos não fariam facilmente o que nós fizemos”, diria o autor. “Destruir um governo que tem dado os mais admiráveis resultados para pôr em lugar dele uma mera teoria, é ausência de senso prático”<sup>211</sup>. Se no Chile fora a resistência da sociedade a determinante para impor freios a Balmaceda, no Brasil, recém republicano mas destituído de espírito da coisa pública, a ausência de tal sociedade poderia levar o país à submissão do despotismo militar.

Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que ele levaria tudo de rojo, pela completa falta de resistência. A nossa submissão seria maior do que a das outras nações sul-americanas, porque estas, devastadas como estão pela guerra civil, ficaram também endurecidas por ela; os seus homens públicos, como os côsules romanos, sabem todos manobrar legiões. Entre nós, declarada a ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro a passividade, a inércia do país. Se a ditadura assumisse o tipo sul-americano, a sociedade brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica, enervada por uma ausência total de perigo em mais de cinquenta anos [...]<sup>212</sup>

Instalada a ditadura militar no Brasil em 1889, Nabuco, desgostoso com os rumos antiliberais tomados pelo país, incorreria em um autoexílio durante os

<sup>210</sup> Idem, p. 161-162.

<sup>211</sup> CARDIM, op. cit., p. 12.

<sup>212</sup> NABUCO, Joaquim. Balmaceda. Edições do Senado Federal – Vol. 14. Brasília, 2003, p. 166.

governos de Deodoro e Floriano. É nesse contexto de caos e guerra civil que defenderá a restauração monárquica, entendida como o melhor arranjo político capaz de garantir um ambiente político estável e apto a dar prosseguimento às reformas sociais na sociedade brasileira iniciadas com as leis abolicionistas no Império.

É dentro de um contexto de intolerância política que a reconversão de Nabuco ao catolicismo deve ainda ser compreendida. Ao cientificismo intransigente e às teses sistemáticas positivistas da jovem República, o cristianismo seria entendido como uma das fontes filosóficas do liberalismo e, portanto, antipodal às crenças do positivismo da situação.

Em certa medida, a construção estatal brasileira esteve fortemente atrelada ao papel desempenhado pela Monarquia bragantina nos trópicos. Planta exótica na América Latina, o liberalismo fora, aqui, aclimatado mediante a criação de uma espécie de estufa política artificial, capaz de criar um ambiente adequado a sua proliferação. O Estado fora criado pelo alto e o poder Moderador contido pela ação voluntária do próprio Imperador. As fragilidades do Estado de direito brasileiro foi, pois, garantido pela ação virtuosa da Monarquia.

Com a sua queda, o Estado-nação brasileiro se assemelharia àquele latino-americano: anárquico, avesso aos valores liberais, militarista. Carecia de uma sociedade civil liberal e articulada – como no Chile e nos Estados Unidos. Para que a República aqui materializasse os nobres valores da coisa pública e do civismo, seria necessário a emergência de um ambiente propício ao desenvolvimento do liberalismo.

O idealismo prático de Nabuco, no entanto, vislumbrará formas de uma nova aclimação ao liberalismo, agora em ambiente político distinto daqueles experimentados nos anos dourados imperiais. A propósito, Nabuco demonstrará temor aos crescentes ímpetus imperialistas europeus em face da desordem, da tirania e do exemplo de desgoverno verificados em quase todo o continente. Nasce, a partir de então, em seu pensamento, preocupações de caráter normativo acerca do melhor arranjo institucional à jovem república.

A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países centro e sul-americanos? Onde acharão eles amparo contra os seus governos extertores? Como se fará nascer e crescer em cada um

deles a consciência do Direito, da Liberdade, e da Lei, que neles não existem, porque não podem ter sanção alguma?<sup>213</sup>

Em outras palavras, constatada a ausência de civismo na recém instaurada ditadura militarista, quais seriam os antídotos aos males antiliberais? De que forma poderíamos desenvolver aqui uma consciência liberal que viabilizasse a construção de um nação verdadeiramente dotada do espírito da coisa pública? O pensamento de Nabuco prescreveria quatro remédios, três constitucionais – a serem alcançados no jogo político da arena doméstica -, e um internacional - a ser alcançado mediante a mobilização da política externa.

O primeiro dos remédios, comum a todos os países latino-americanos, partiria da prevalência de um receituário constitucional de procedência liberal . Proceder-se-ia à promoção dos valores liberais – “esclarecimento, capacidade, moralidade, civismo, tolerância, abertura à democracia”<sup>214</sup> - mediante o seu expresso cumprimento constitucional. Caberia à elite intelectual de cada país a defesa e a promoção de tais valores frente às tendências despóticas do meio antiliberal.

Naquela etapa ainda embrionária do desenvolvimento dos países da região, parecia inevitável que a instauração de um Estado comprometido com os valores civilizatórios dependesse primariamente da iniciativa e êxito de elites esclarecidas, cujo liberalismo e cujo patriotismo as impelisse a limitar voluntariamente o poder governamental nos limites de um governo constitucional e representativo. Eis por que era a aristocracia que deveria se colocar à testa das iniciativas governamentais para promover a civilização do país – isto é, à defesa da ordem liberal, se opondo às tendências despóticas do meio social mediante o seu espírito de transação [...].<sup>215</sup>

A esta aristocracia, uma espécie de “Liga Liberal” continental deveria ser forjada com o objetivo de propiciar a difusão desses valores. Ademais, na medida em que tal elite dispunha do poder político, seria ela a grande responsável por dar continuidade às reformas sócio-políticas iniciadas no Império.

A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles e uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou, quando mais não seja, registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum. Em

---

<sup>213</sup> NABUCO, op. cit., p. 168.

<sup>214</sup> LYNCH, 2011, op. cit., p. 7.

<sup>215</sup> Idem, p. 9-10.

todos esses países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do continente. A causa é, de fato, comum. A liberdade argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interesse do boliviano e do peruano que o estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, se não mesmo no vexame. Não é, porém, somente na fronteira que a irradiação se exerce; ela alcança o Continente todo. O efeito de um governo moralizado é ilimitado, e, de modo indireto, universal.<sup>216</sup>

“Eis por que era a aristocracia que deveria se colocar à testa das iniciativas governamentais para promover a civilização do país – isto é, à defesa da ordem liberal, se opondo às tendências despóticas”<sup>217</sup> nota Lynch ao analisar o pensamento político de nossa protagonista. Responsável pelo início do processo de aclimação do liberalismo, esta elite deveria estar representada em um Parlamento virtuoso, espelho das elites ilustradas. Encontraremos justamente no parlamentarismo o segundo antídoto prescrito por Nabuco.

Esse governo de excelência se organizaria pelo governo parlamentar e se manteria pelo estabelecimento de regras de acesso aos cargos públicos destinadas a selecionar pessoas educadas, de perfil compatível para o exercício das funções governativas conforme os valores liberais e republicanos, excluindo o acesso de gente estranha àquela sociabilidade, contaminada pelo atomismo do meio.<sup>218</sup>

O terceiro dos antídotos, o Poder Moderador, deveria vir receitado concomitantemente ao anterior, o parlamentarismo federalista. As elites representadas no Parlamento conduziriam os rumos da nação, através da formação de gabinetes e da atuação legislativa. Por outro lado, o Poder Moderador seria aquela entidade apartidária responsável pela contenção dos excessos do Parlamento e ao mesmo tempo pela política de longo termo a ser levada a cabo no país. Nas palavras do próprio Nabuco:

Não há mais bela ficção no Direito Constitucional do que a que imaginou Benjamin Constant com o seu Poder Moderador. O que a América do Sul precisa é um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes.<sup>219</sup>

---

<sup>216</sup> NABUCO, op. cit., p. 170-171.

<sup>217</sup> LYNCH, op. cit., p. 9.

<sup>218</sup> Idem, p. 162.

<sup>219</sup> Idem.

Dessa forma, a sociedade representada no Parlamento indicaria o chefe do governo, seus ministros e demais funcionários. Atuará ainda como o poder legislativo de excelência. Ao Poder Moderador, seria incumbida as funções de chefe de Estado e árbitro imparcial das disputas no seio do Parlamento. Parlamento e Poder Moderador restringiriam, mutuamente, os excessos de poder um do outro. Inicialmente, ademais, competiria à elite ilustrada a promoção de um ambiente liberal.

A coerência no pensamento político interno de Nabuco transbordaria à sua face externa. Herdeiro da tradição luzia, nosso protagonista se valeria da política exterior como meio de alcançar o mesmo fim almejado via construção institucional do Estado: a promoção do civismo e dos valores individuais. Era o já tradicional binômio Liberdade – Direito resplandecendo em seu pensamento político.

Em Washington, veria o crescente poder internacional dos EUA como importante mecanismo continental de defesa aos ímpetus imperialistas europeus. Encontraria na emergente força do “ímã suspenso no Capitólio” importante aliado em tempos difíceis. Estaria ainda em Washington, o pragmatismo necessário à busca dos interesses nacionais e o exemplo prático da materialização dos valores liberais. Seria, pois, a aproximação dos Estados Unidos – chamada de americanismo ou monroísmo - o quarto antídoto aos males antiliberais.

O pensamento americanista luzia de Nabuco foi ao passo que idealista, pragmático. Idealista enquanto meta de seu idealismo prático liberal. Pragmático enquanto consciente da emergência dos Estados Unidos e dos potenciais ganhos aos quais o Brasil poderia se valer com o crescimento material daquela nação. A propósito, enquanto embaixador atuaria com sucesso na abertura de mercados aos produtos brasileiros. Estreitaria os laços com as autoridades do Capitólio e se esforçaria com anelo para que ao Brasil fosse dada uma atuação especial com relação às demais repúblicas do continente.

O pensamento internacional de Nabuco não foi, dessa forma, ingênuo ou idealista utópico. A indistinção feita por alguns estudiosos das Relações Internacionais às categorias discurso diplomático e pensamento internacional pode levar a tal equívoco. Enquanto embaixador, Nabuco foi levado a adotar um tom extremamente elogioso com as instituições e com a história dos Estados Unidos.

Nada mais óbvio ao levarmos em consideração as suas atribuições de embaixador em Washington e responsável primeiro pela aproximação com aquele país.

Uma leitura atenta aos seus diários e às cartas enviadas a amigos e colegas de trabalho seriam úteis para retirar os excessos verificados em seus discursos diplomáticos, discursos, diga-se de passagem, para americano ver. O seu pensamento internacional seria ainda bem exposto em obras como *Balmaceda e Minha Formação*, anteriores à assunção do posto em Washington.

E de que forma a aproximação dos Estados Unidos atuaria como um remédio no combate ao antiliberalismo? Mediante a criação de “uma opinião comum a toda a América”<sup>220</sup>. A emergência de uma opinião pública continental viria a atuar em conjunto com as Conferências Pan-Americanas e com “o pertencer à União das Repúblicas Americanas.”<sup>221</sup>

A liderança do processo estaria na mãos dos Estados Unidos, única república com capacidade moral e material para conduzir o empreendimento. Em palestra proferida na Universidade de Wisconsin, confirmaria a importância daquela nação no processo: “sentimos grande ufania em reconhecer nos filhos de Washington os modeladores da nossa civilização americana.”<sup>222</sup>

Nabuco reconheceria a importância de uma opinião pública mundial. Não obstante, precisaríamos ter, “além dessa opinião pública mundial, tão dispersada e tão distante, mas que já tanto conseguiu, uma opinião americana uníssona, ampliada pela concentração e pelo reflexo direto de uma nação sobre outra.”<sup>223</sup>

A criação de uma opinião pública americana – e liberal -, em conjunto com a criação de uma União das Repúblicas Americanas combateria o antiliberalismo de duas formas: através do polimento das instituições políticas dos Estados e da constrição moral que sofreriam eventuais governantes tirânicos.

Uma opinião pública comum a toda a América poderia polir até o máximo de perfeição as instituições políticas de todos os Estados americanos, mas essa opinião geral ainda está em formação. [...] Quando essa opinião alcançar sua maioria, o pertencer à União das Repúblicas Americanas, será, para todas estas, sinônimo de imunidade, não só contra a conquista estrangeira, mas também

<sup>220</sup> NABUCO, Joaquim. *Essencial*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010, p. 556.

<sup>221</sup> Idem, p. 556.

<sup>222</sup> Idem, p. 547.

<sup>223</sup> Idem, p. 555.

contra a arbitrariedade dos próprios governos e a suspensão das liberdades públicas ou individuais.<sup>224</sup>

O americanismo luzia de Nabuco foi, dessa forma, o quarto antídoto encontrado no combate dos males antiliberais brasileiros. Da aproximação com os Estados Unidos, potência emergente e já maior comprador do principal produto de exportação brasileiro, Nabuco veria a possibilidade da consubstanciação de uma espécie de estrutura normativa a incidir sobre a atuação despótica dos próprios governos. A doutrina Monroe, dessa forma, atenderia aos interesses brasileiros de duas formas: a primeira, atuando como defesa ao imperialismo europeu; a segunda, coibindo a suspensão dos direitos individuais levados a cabo por governos arbitrários.

### 4.3

#### Terceira Imagem: O Brasil no Mundo

Como via Nabuco a inserção brasileira no mundo?

Com a instalação do regime republicano a 15 de novembro de 1889, o lugar do Brasil no mundo estava, irremediavelmente, ligado ao destino da América Latina. Antes Império, descendente das casas monárquicas europeias, agora, os Estados Unidos do Brasil deveriam promover os valores liberais internamente e estreitar o relacionamento com o restante do continente, sobretudo com os Estados Unidos, exemplo de progresso moral e material.

O interesse que antes já me inspiravam as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de novembro. Desde então começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Com efeito, ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso país, mas somente pela circunstância de estar o Brasil na América. Desse modo o observador brasileiro, para ter idéia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental.<sup>225</sup>

O Brasil faria agora parte da América. E nela, emergia a força elevada do poderio norte-americano. Para Nabuco,

<sup>224</sup> Idem, p. 556.

<sup>225</sup> NABUCO, Joaquim. Balmaceda. Edições do Senado Federal – Vol. 14. Brasília, 2003, p. 167.

[...] crença fatalista de muita gente que seria um esforço inteiramente estéril para o resto de razão e de bom senso do país querer lutar contra o ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington. Muitos acreditam mesmo que se trata de uma força cósmica, como se o oxigênio e o azoto formassem na América uma combinação especial dotada de vibrações republicanas.<sup>226</sup>

Ao continente americano, o papel no mundo seria o de promoção dos valores liberais ao lado da Europa e o da liderança moral no mundo. Em suas palavras, “Por muitos séculos a Europa e a América conduzirão o mundo, unidas.”<sup>227</sup> No entanto, diria que “é cedo ainda para estudar o papel que a história reserva à América Latina.”<sup>228</sup> As suas crenças, a despeito da juventude do novo continente, era a de um papel preponderante.

A estratégia de inserção internacional a ser utilizada pelo país era o americanismo, entendido aqui como a aproximação dos Estados Unidos, em primeiro lugar, e do restante do continente, em segundo. Não que o país devesse ser afastar da Europa, criadora do Estado brasileiro. Mas as atuais circunstâncias do sistema internacional davam conta para o perigo do imperialismo europeu. África e Ásia eram o reflexo desta constante ameaça.

Nabuco não poderia prescindir do relacionamento europeu em seu pensamento internacional, uma vez que reconhecia, ao contrário do que se poderia imaginar, que “Nada indica que a hegemonia intelectual esteja passando da Europa para a América. A Europa não entrou ainda em decadência, e não vamos esquecer que a formação de novos ideais, o do cristianismo, por exemplo, operou-se muitas vezes em épocas de decadência”<sup>229</sup>

A despeito de ser parte da América Latina, o Brasil era o herdeiro de um império nos trópicos, descendente da civilização europeia. Deveria, em face do seu peso no continente sul-americano, ter um papel destacado na política externa americana. Em determinado jantar com Elihu Root, Secretário de Estado norte-

---

<sup>226</sup> Idem, p. 168.

<sup>227</sup> NABUCO, Joaquim. Essencial. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010, p. 546.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Idem, p. 545

americano de quem se tornaria grande amigo, Nabuco diria “*You can flirt with them all* (os países da América Latina), *but I hope you will only marry us.*”<sup>230</sup>

Se para Oliveira Lima, como veremos mais adiante, o papel do Brasil no mundo estaria intimamente relacionado à aproximação primeira com a América Espanhola, para Nabuco “[...] por bem ou por mal, não há escolha para nenhuma nação da América Latina...[E] na América (quando não fosse por outra causa, pela exceção da língua, que nos isola do resto da Ibero-América, como se para Portugal da Espanha), não podemos hesitar entre os Estados Unidos e a América Espanhola.”<sup>231</sup>

Ademais, a leitura de Nabuco da doutrina Monroe como garantia expressa de defesa intercontinental contra agressões estrangeiras e pacto moral na defesa dos valores liberais faria da aliança com os Estados Unidos “o alfa e o ômega da nossa política externa”.<sup>232</sup>

Apesar de reconhecer a enorme distância que separava o Brasil dos demais países latino-americanos e de recomendar a realização de estudos históricos que tornassem tais países conhecidos uns aos outros, Nabuco via nos Estados Unidos o futuro da política exterior brasileira. Quanto à Europa, as relações deveriam ser mantidas em bom tom. Mas Nabuco temia o imperialismo e via no americanismo a sua principal defesa.

Estou dedicando o resto da minha vida ativa à aproximação íntima dos dois países... as principais repúblicas do hemisfério”, disse ele a Rio Branco. Considerava a “aliança sul-americana”, a liga ABC [Argentina, Brasil, Chile], um “absurdo”, que teria “consequências desastrosas”. Ele só tinha aceitado ir para Washington “para fazer nele política de aproximação americana e para ela a nossa aliança com a Argentina e o Chile seria o dobre fúnebre”. “Ele [Rio Branco] confia na Alemanha, na França, na Itália, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais”, comentou com seu cunhado Hilário de Gouvêa, “e eu só confio nos Estados Unidos”, acrescentando que estava “cansado e desiludido da minha missão aqui [em Washington].”<sup>233</sup>

<sup>230</sup> NABUCO, 1949, apud BETHELL, op. cit., p. 83.

<sup>231</sup> Idem, p. 85.

<sup>232</sup> Idem, p. 88.

<sup>233</sup> Idem, p. 85.

Assim, o americanismo luzia de Nabuco representou a face externa de seu pensamento político. Luzia, na medida em que o binômio Liberdade – Direito encontraria em seu pensamento a inspiração da existência. Internamente, às elites representadas no Parlamento, caberia a tarefa de defesa e promoção dos valores liberais ao restante da população. Ademais, Parlamento e Poder Moderador restringiriam, mutuamente, os excessos de poder um do outro. Externamente, a aproximação com os Estados Unidos cumpririam uma dupla função. Se de um lado serviria aos propósitos de combate aos males antiliberais, do outro, ao atuar como mecanismo de defesa ao ímpeto imperialista europeu, representaria a face pragmática de seu pensamento. Não fora um pensamento ingênuo. Antes, um idealista prático.